

Territórios de esperança: usos da memória, elaborações de narrativas e a construção do território como patrimônio cultural

Territories of hope: uses of memory, narrative construction, and the making of territory as cultural heritage

Territorios de esperanza: usos de la memoria, construcción narrativa y la configuración del territorio como patrimonio cultural

Leonardo Civalé¹

Resumo

Este pequeno artigo, na realidade um ensaio, uma vez que não se trata do produto de uma pesquisa, mas da tentativa de pensar sobre categorias de análise e a construção de políticas públicas, é o resultado das reflexões de dois encontros acadêmicos na cidade de Ouro Preto em setembro de 2024 e março de 2025. Aqui, o território, pensado como uma categoria de análise, é visto como um local de convergência entre as diferentes naturezas e a variedade de culturas locais. O território, portanto, não é o palco da história, da cultura ou da vida ativa das populações, antes é o local onde naturezas e culturas se encontram. O patrimônio é pensado como uma herança construída a partir de usos da memória e construções narrativas enquadradas de acordo com os grupos sociais locais e objeto potencial de políticas públicas. A memória cultural, as noções de pertencimento e a necessidade de reconhecimento por parte da miríade de grupos sociais são vistas como categorias operativas. O ensaio se divide em três partes: na primeira procura-se compreender o que é e qual a importância do patrimônio cultural; na segunda busca-se entender o papel do patrimônio em um novo regime de historicidade; na terceira, o objetivo é discutir sobre o território ou os territórios como objeto de patrimonialização.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; Território; Memória; Políticas públicas.

Abstract

This short article, which is actually an essay, since it is not the product of research but rather an attempt to think about categories of analysis and the construction of public policies, is the result of reflections from two academic meetings in the city of Ouro Preto in September 2024 and March 2025. Here, the territory, conceived as a category of analysis, is seen as a place of convergence between different natures and the variety of local cultures. The territory, therefore, is not the stage for history, culture or the active life of populations, but rather the place where natures and cultures meet. Heritage is thought of as an inheritance constructed from the uses of memory and narrative constructions framed according to local social groups and a potential object of public policies. Cultural memory, notions of belonging and the need for recognition by the myriad of social groups are seen as operative categories. The essay is divided into three parts: the first seeks to understand what cultural heritage is and its importance; the second seeks to understand the role of heritage in a new regime of historicity; the third aims to discuss the territory or territories as an object of patrimonialization.

Keywords: Cultural heritage; Territory; Memory; Public policies.

¹ Universidade Federal de Viçosa – UFV. Viçosa/MG, Brasil. E-mail: civale@ufv.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0048-8336>

Resumen

Este breve artículo, que en realidad es un ensayo, ya que no es producto de una investigación, sino un intento de pensar en categorías de análisis y la construcción de políticas públicas, es el resultado de las reflexiones de dos encuentros académicos en la ciudad de Ouro Preto, en septiembre de 2024 y marzo de 2025. En este artículo, el territorio, concebido como categoría de análisis, se considera un lugar de convergencia entre diferentes naturalezas y la variedad de culturas locales. El territorio, por lo tanto, no es el escenario de la historia, la cultura ni la vida activa de las poblaciones, sino el lugar donde se encuentran naturalezas y culturas. El patrimonio se concibe como una herencia construida a partir de los usos de la memoria y las construcciones narrativas, enmarcadas según los grupos sociales locales, y un objeto potencial de políticas públicas. La memoria cultural, las nociones de pertenencia y la necesidad de reconocimiento por parte de la multitud de grupos sociales se consideran categorías operativas. El ensayo se divide en tres partes: la primera busca comprender qué es el patrimonio cultural y su importancia; la segunda busca comprender el papel del patrimonio en un nuevo régimen de historicidad; la tercera pretende discutir el territorio o los territorios como objeto de patrimonialización.

Palabras clave: Patrimonio cultural; Territorio; Memoria; Políticas públicas.

Introdução

A história oficial das transformações do território brasileiro, seja este urbano ou rural, poderia ser contada através do corolário dos inúmeros planos de intervenção do poder público sobre os espaços vazios ou sobre espaço construído e habitado. Os diferentes projetos de modernização responderam, até aqui, aos desejos de progresso e aos anseios de ordem. Vivemos assim, como deixa claro a própria bandeira nacional, orientados pelas novidades da tecnologia, mas com receio atávico da ordem nos escorregar entre os dedos. Assim, uma visão retrospectiva da história nos revela que, as ações, diretas ou não, das políticas públicas sobre o território, transformaram este, em uma espécie de laboratório privilegiado de ideias modernas.

A abordagem retrospectiva da história, que orienta o ponto de vista desse artigo, nos revela que, as intervenções foram idealizadas e aplicadas, na integralidade ou apenas em partes, por um lado, sobre os espaços das cidades, com os planos urbanísticos, por outro, também no campo, com a introdução de uma agricultura moderna de grande impacto ambiental.

Os projetos de modernização no campo datam do século XIX, mas ganham dimensão significativa, durante o século XX. A Universidade Federal de Viçosa ganha destaque como um desses projetos de modernização da agricultura. O objetivo da elite dominante da Primeira República era produzir um centro de excelência em pesquisa que tivesse por objetivo

modernizar o espaço rural. Mais tarde, na segunda metade do século XX, período em que a ilusão do progresso e do desenvolvimento, seduzia o imaginário da classe dominante, a Universidade Federal de Viçosa e outras universidades rurais, bem como a EMBRAPA, seriam eleitos como *locus* privilegiado para as ideias de modernização e progresso.

Nas cidades, os planos urbanísticos elaborados por aqueles que ocupavam os poderes instituídos e, mais tarde, pelos órgãos do poder público, remontam ao início do século XIX, época em que ainda não era utilizado o conceito de planejamento urbano, nem tampouco, existia o urbanismo como uma das áreas das ciências sociais aplicadas. Os planos reproduziam, em sua essência, os paradigmas de modernização e os símbolos da ideia de progresso da época em que foram elaborados. Estas intervenções urbanísticas deixaram marcas indeléveis no território urbano transformando-a em uma espécie de caleidoscópio transistórico cujo desenho se espalha por todo o tecido urbano.

A nossa circunstância histórica nos permite fazer uso da visão retrospectiva e crítica, como foi escrito anteriormente e, compreender que a memória oficial foi enquadrada pelos grupos dominantes e se transformou em uma narrativa privilegiada sobre o desenvolvimento da nação. Através de instituições públicas, cuja atribuição era produzir narrativas sobre a memória social, optou-se quase sempre por destacar e iluminar no território urbano e rural, os símbolos que reproduziam os diferentes projetos de modernização do país. Consequentemente, uma vez que a construção narrativa da memória coletiva se faz de lembranças, mas também de esquecimentos, os vestígios, daquela população, que sofreu os impactos dos planos de modernização no campo, foram devidamente apagados, sobrando apenas o violento êxodo para as cidades. Ao passo que nas cidades, a população pobre teria suas vozes silenciadas e sua memória perdida na poeira do tempo.

Sob os holofotes da memória enquadrada se destacam, no território urbano e rural, os ícones da civilização ocidental, da razão universal e da modernidade. Tal paisagem histórica existe graças à ação de grupos dominantes nas instituições ligadas à preservação e deve, portanto, ser destacada como patrimônio cultural. No entanto, por outro lado, a herança histórica petrificada pelos órgãos oficiais, ou aquilo que dela sobrou e, se espalha pelos centros urbanos e pelo espaço rural moderniza se resume a bens apenas materiais edificados e, portanto, carece do sentido de pertencimento por parte da maioria da população que habita ou circula nesse espaço.

Embora as elites locais se identifiquem com tais símbolos, suas práticas provaram

justamente o contrário, na medida em que estas refletem manobras conservadoras, controladoras e excludentes. Os grupos dominantes se identificam com a imagem positiva de cidades ou do campo modernizado como espaços públicos democráticos, que cultivam o progresso, a civilização e a modernidade. Entretanto, para a população, cuja existência se dá no espaço urbano e rural, este é marcado pela exclusão, pela dificuldade de circulação e pelo declínio dos espaços de integração social. A ausência de diversidade cultural e dos valores da comunidade local, expressão real do patrimônio intangível, dificulta tanto a produção de sentido quanto os ideais de pertencimento para a maioria da população.

O patrimônio, a memória e o território como patrimônio

Poderíamos definir o patrimônio como legado ou herança, se levarmos em consideração que este legado ou herança deve ser o fruto de usos da memória e construções narrativas cujos sujeitos são homens e mulheres, evidentemente, ancorados em políticas públicas comprometidas com o bem comum. Certamente, o barro em que o patrimônio deve ser moldado é a memória cultural da maioria da população. Quanto ao território, se levarmos em consideração, o moderno pensamento geográfico, este vai muito além de uma realidade física. Evidentemente, o território continua a ter uma base física, mas este deve ser vista como a concretude de uma relação de poder estabelecida pelo jogo das forças políticas. Como objeto físico e simbólico, portanto, o território pode ser o resultado de uma perspectiva hegemônica ou, por outro lado, significar a concretude de um núcleo de resistência e, evidentemente, de esperança.

Os espaços de esperança, como Harvey (2004) se refere aos territórios de resistência à expansão do sistema capitalista, ao recrudescimento da mineração e a lógica da especulação imobiliária, são construídos por aqueles que procuram resistir aos radicais projetos de modernização. Os territórios aparecem, portanto, como uma reação legítima aos imperativos e à voracidade do capitalismo tardio. Os territórios de esperança e os processos de patrimonialização são frutos da reação a um projeto de exploração, destruição e morte, que está na essência do sistema de trocas do capitalismo tardio, todavia, estes territórios não se resumem a um mecanismo de defesa.

Não há dúvida que os projetos de neoextrativistas, a expansão exponencial do agronegócio e as infindáveis reformas urbanas ao redor do planeta têm causado a destruição, a

miséria e morte, mas também tem gerado núcleos de resistência, sobretudo na população diretamente atingida. Os territórios, no entanto, não se constituem enquanto uma realidade subjetiva e objetiva apenas como uma ação reativa, pois a sua construção reflete antes de tudo o desejo de reconhecimento da alteridade por parte dos seus sujeitos. Encará-los apenas como reação ou resistência significa aceitar uma narrativa de perda. Não por acaso, um dos textos mais importantes sobre os processos de patrimonialização no Brasil, se refere aos processos de patrimonialização como retórica da perda (Gonçalves, 1996).

Caso fosse apenas uma resposta às ações da máquina de transformar as vidas humanas e o meio ambiente em lucro e dividendos correríamos o risco de ver o futuro, enquanto tempo histórico, ser anunciado, de modo incontornável, como distópico e apocalítico. Os fatos políticos recentes (a crise de reprodução do sistema capitalista, a super exploração do trabalho, o aquecimento global, a crise ambiental e climática, a emergência de uma extrema direita mundial) fortalecem essa narrativa e, evidentemente, também os não tão recentes, mas, sobretudo, a narrativa destes, apontam para uma interpretação catastrófica do nosso tempo histórico e, conseqüentemente, do nosso futuro.

Tal perspectiva aparece na interpretação de Gumbrecht (2015) ao analisar o momento presente. Gumbrecht, no papel de crítico da cultura, pensa a junção ou o encurtamento da distância entre passado e presente seria o resultado do sentimento coletivo de uma geração que percebia não mais haver uma possibilidade de futuro. Para Gumbrecht, a geração que nasce na aurora do século XXI, sofre pela ausência de perspectiva de futuro, uma vez que esta transita entre cenários e ruínas. Os sinais de um futuro distópico estariam por toda parte.

Em um livro que apareceu no Brasil, em 2015, o pensador da cultura, alemão, Hans Ulrich Gumbrecht se dedica a pensar a contemporaneidade. No livro intitulado “Nosso amplo presente: o tempo e a cultura contemporânea” (o original em alemão é de 2010), Gumbrecht se apoia em Koselleck, ao dizer que este conseguiu em sua obra historicizar, a própria consciência “histórica”. Segundo Gumbrecht, para Koselleck a humanidade, historicamente consciente se imaginaria em um percurso linear, movimentando-se no tempo. Assim o “pensamento histórico” pressuporia que todos os fenômenos são influenciados pela mudança no tempo, ou seja, o tempo seria o grande agente transformador. Logo, à medida que a humanidade se movimenta ao longo do tempo, haveria uma crença que o passado vai sendo deixado para trás e, a distância permitida pelo movimento presente, depreciaria o valor das experiências passadas enquanto pontos de orientação. Então, o futuro se apresentaria como

horizonte aberto de possibilidades em direção ao qual a humanidade construiria o seu caminho.

Assim, para Gumbrecht, presente seria, um momento de transição entre o passado e o futuro. Portanto, o presente, assim estreitado, da “história”, seria o habitat epistemológico do sujeito cartesiano. O lugar onde o sujeito, adaptando experiências do passado ao presente e ao futuro, faria escolhas entre as possibilidades que este último oferecia. Escolher entre as opções que o futuro oferece seria a base e a estrutura do sujeito cartesiano (GUMBRECHT, 2015). Porém, com a crise do sujeito cartesiano, provocada, pelos avanços da filosofia da linguagem, bem como, pela crise do tempo, a zona de conforto do sujeito cartesiano desaparece. Assim para Gumbrecht, o futuro do atual presente não parece apresentar muitas escolhas futuras, ou melhor, parece não oferecer escolhas. O tempo presente destruiu as possibilidades de utopias futuras e parece que estamos condenados a viver sem a perspectiva de futuro.

Para Gumbrecht, já não se trata mais de discutir a crise do sujeito cartesiano, o que importa é compreender por que a crise do sujeito é vivida com tanta angústia e ansiedade. Para o pensador alemão, o sentimento de ansiedade que paralisa a todos está diretamente relacionado a uma experiência de mundo em que o futuro se apresenta sombrio. Nas palavras do autor, o futuro “não se apresenta mais como horizonte aberto de possibilidades; ao invés disso, ele é uma dimensão cada vez mais fechada a quaisquer prognósticos – e que, simultaneamente, parece aproximar-se como ameaça” (Gumbrecht, 2015).

Portanto, como o passado deixou de representar uma experiência positiva de sabedoria e orientação, e o presente se estreitou, o passado abraçou o presente. Para o autor, os sistemas eletrônicos automatizados de memória teriam um papel fundamental nesse processo. “Entre, os passados que nos engolem e o futuro ameaçador, o presente transformou-se numa dimensão de simultaneidades que se expandem” (Gumbrecht, 2015, p.15). Como dissemos mais acima, as mesmas mudanças de ordem cultural ligadas aos fenômenos contemporâneos, como sugere Gumbrecht, ao se referir à multiplicação dos sistemas eletrônicos de memória, talvez explique, não apenas o desejo de enraizamento em populações e grupos formadores de opinião atingidos diretamente pela globalização, mas também o desejo de ter a sua memória cultural representada na cidade.

A interpretação de Gumbrecht é potente e bastante perspicaz, em se tratando do tempo presente, todavia, em relação ao futuro, seria interessante um exercício de relativização. Para

tanto, algumas questões podem ser importantes: a perspectiva de um futuro distópico não seria o resultado, no imaginário social, da decadência do Estado previdenciário das democracias liberais ocidentais? Seria possível afirmar a existência de um cenário de um futuro distópico fazendo parte do imaginário de jovens que vivem em países que hoje são os motores do sistema capitalista avançado, ou mesmo entre os jovens que vivem em países periféricos? Essa ansiedade social, que se nutre de uma sensação de que o tempo não é mais suficiente não poderia ser revertida caso o sistema de produção sofresse transformações significativas?

Patrimônio cultural: o passado e o futuro de cada presente

As perguntas anteriores são tão complexas de serem respondidas, através de uma investigação científica, ou tão especulativas, que podem ser compreendidas com perguntas retóricas. Entretanto, em se tratando dos territórios de resistência, ou seja, dos territórios dos grupos que lutam por reconhecimento de sua alteridade, creio que seja possível um caminho que aponte para possibilidades futuras. Uma política pública sobre patrimônio, que ancorada nos usos da memória cultural e nas construções narrativas dos sujeitos envolvidos, associe os territórios ao patrimônio cultural da população.

Tendo esse objetivo como norte, vamos tentar traçar um roteiro de convergências. Em um livro que apareceu na França, em 2003 e, dez anos depois, em uma edição brasileira, o historiador francês, Francois Hartog (2019) se debruçou sobre o conceito de presentismo, bem como o conceito de “regime de historicidade”. Este regime seria a maneira como passado, presente e futuro são engendrados. Para Hartog, cada presente constrói um passado, a partir operações historiográficas, mas também das mais diversas narrativas. O “regime de historicidade” também serviria como um instrumento que nos permitiria um olhar distanciado sobre o tempo presente, um distanciamento, um desprendimento do tempo presente, uma experiência de estranhamento. Segundo o autor, o atual regime de historicidade é o presentismo. Para Hartog, o antigo regime de historicidade era representado pela nostalgia (passadismo). O regime moderno de historicidade era representado pela esperança no futuro (futurismo). O regime de historicidade atual ou contemporâneo é representado pelo presentismo.

Em sua obra bem mais antiga, "Como conhecemos o passado", David Lowenthal (1998) se ocupou de questões envolvendo memória e historiografia. A abordagem de Lowenthal privilegiava uma historiografia que, ao se livrar das peias do passado, que ele sabia ser impossível reconstruir com fidelidade, teria o condão de construir uma autoconsciência coletiva e um sentido de pertencimento. Lowenthal reforça que o passado está muito além do nosso alcance, pois não podemos experimentá-lo ou observá-lo. Para ele, o passado é um país estrangeiro, onde tudo é feito de modo diferente. No entanto, como toda a consciência do passado está fundada na memória e, embora esta seja inata e discernível da experiência do presente, não é estranho que a sensibilidade dos grupos humanos provoque uma escolha entre o que deve ser lembrado e aquilo que deve ser esquecido.

Para o historiador, cada presente tem o seu próprio passado e este se assemelha a um país estrangeiro. Contudo, se cada presente tem o seu próprio passado, evidentemente, cada presente tem o seu próprio futuro. Portanto, não é apenas o nosso presente que é diferente do presente do passado. O nosso presente projeta um futuro que é diferente do futuro do passado. O futuro no nosso presente, portanto, pode ser ameaçador, mas permanece, como disse Koselleck, como um horizonte de expectativas. Ainda que o futuro possa não parecer alvissareiro, este não se apresenta como algo fechado. Pode até ser uma ameaça, mas não deixa de ser um horizonte de expectativas.

Voltando a Hartog, um dos temas mais emblemáticos do atual "regime de historicidade" é, justamente, a noção e, evidentemente, as políticas públicas sobre o patrimônio histórico, em diferentes Estados Nacionais e, sobretudo, na Unesco. Hartog encontrou na multiplicação e proliferação de processos de patrimonialização, nas políticas públicas dos diferentes Estados nacionais e na própria Unesco uma espécie de prova do presentismo, ou melhor do novo regime de historicidade.

Para Hartog o patrimônio é o fator dominante na vida cultural e nas políticas públicas desde os anos 80 do século XX. A noção de herança migratória, na Convenção de 1972, em Estocolmo, do plano da natureza para o plano da cultura, criando para o patrimônio mundial, uma relação totalizadora entre cultural e natureza, ou melhor, unificaria o patrimônio cultural e o patrimônio ambiental e, ao mesmo tempo, universalizava a noção de patrimônio. A ideia de patrimônio, em 1972, não se resumiria, portanto, à proteção, mas, poderia vir a ser a sustentação de uma noção unificadora da cultura e da natureza. Para Hartog, os parques naturais, que surgem nos EUA, na segunda metade do século XIX, como uma percepção

estética da natureza passariam, na segunda metade do século XX, à uma representação patrimonial do meio ambiente, ligando memória e território (Hartog, 2019). Nessa circunstância o patrimônio se encontraria ligado à memória (tempo) e ao território que são os vetores da identidade. Em 1992, o conceito de paisagem cultural se apresentaria como um passo à frente, uma verdadeira definição antropológica da natureza.

Para Hartog (2019), o fundamento do patrimônio residiria na transmissão. Patrimônio seria a herança e, aplicar a categoria patrimônio à natureza representaria, ainda que, forçando a ampliação do conceito, uma vez que este incorpora a natureza e, o patrimônio se opõe sistematicamente ao natural.

A noção de patrimônio tem, portanto, o condão de não separar o presente do passado. O patrimônio se apresenta como uma consciência do tempo, uma valorização particular do vestígio, mas, sobretudo, uma vez que trate o território como uma expressão da união entre natureza e cultura, pode vir a ser um poderoso recurso em tempos de crise do tempo.

Por quê, então, os territórios de resistência não aparecem com frequência nas listas de políticas públicas de patrimônio?

Para tentar responder a essa questão vamos recorrer a outros autores. O primeiro deles é o antropólogo francês Joel Candau. Para o autor a memória coletiva teria surgido da crença de um passado comum, uma espécie de mito fundador que seria apropriado pelos indivíduos dos diferentes grupos sociais. A memória coletiva funcionaria assim um substrato cultural dos grupos sociais. Para o autor, a memória integra o presente ao passado, transmitindo assim uma apaziguadora sensação de continuidade. Como podemos perceber, o patrimônio é o objeto perfeito, uma vez que se apresenta como um vestígio, para representar essa ligação entre o passado e o presente ou vice-versa (Candau, 2014).

Ao analisar esse fenômeno narrativo, Candau identifica uma espécie de compulsão memorial no seio das sociedades ocidentais, no entanto, ao invés de buscar as respostas no tempo histórico ou no sentimento da população, diante das sucessivas crises do sujeito ou do tempo, Candau acena com uma explicação psicológica. Para o autor, o patrimônio representaria uma espécie de aparelho ideológico da memória

Para Candau existiriam três as razões dessa procura por memória e identidade. A primeira diria respeito à emergência das vítimas. Uma segunda explicação estaria diretamente associada ao vazio de sentidos e ao individualismo exacerbado que caracterizaria as sociedades modernas. No entanto, para o autor, tanto o vazio de sentido quanto o

individualismo moderno seriam explicações triviais, uma vez que tal explicação parece uma chave que cabe em todas as fechaduras. Para Candau, portanto, o que de fato explica o verdadeiro fervor patrimonial é o essencialismo psicológico que está no seio de senso comum da identidade tanto em suas formas individuais quanto coletivas.

Para o autor, ainda que, em função da desconstrução promovida pelo discurso das Ciências Sociais saibamos que a identidade é sempre uma relação dialógica com o outro, fora da academia, a identidade dos grupos continua a ser representada em termos essencialistas. Os indivíduos e os grupos identitários continuam a se comportar como se fossem possuidores de uma essência única e, pior, estável ao longo da existência. O autor termina a sua reflexão dizendo que o que torna possível esse raciocínio essencialista é a memória. Não pode haver identidade sem memória, pois somente a memória é capaz de alimentar o sentimento de nossa continuidade do nascimento até a morte.

Candau deixa claro que dentro da academia o discurso sobre o essencialismo identitário já foi desconstruído. O que explica então a sua força enquanto discurso social? De onde provém essa força? Se levarmos em consideração que a memória cultural é produzida no seio da sociedade, temos que compreender como essa memória cultural é produzida e aqui ancoramos a reflexão em outro autor. O historiador haitiano, Trouillot, afirma que os fatos históricos têm uma grande variedade de narradores, portanto a teoria da história deveria levar em consideração os diferentes espaços onde a história seria produzida. Assim o autor chama a atenção para a história produzida fora das universidades (Trouillot, 2024).

Para Trouillot (2024), e isso é o que gostaria de destacar, a maioria da população teve contato com os fatos históricos ou questões ligadas à memória cultural através dos meios de comunicação de massa. Tal processo se potencializou e, se popularizou, modernamente, com as plataformas de informação. Assim, seja através dos meios de comunicação de massa, seja através de plataformas de comunicação, a história e a memória cultural não passam pelo crivo e nem tampouco pela crítica de profissionais, acadêmicos ou especialistas. Para o senso comum a história e a memória cultural é acessada pelos livros didáticos, cultura de massa, museus, filmes e meios de comunicação de massa. Isso não seria um problema em si, não fosse essa memória cultural a ser acessada nos processos de patrimonialização.

Para Doreen Massey, geógrafa inglesa, o processo de globalização não se reduz apenas a uma força, cuja base técnica única, possibilitou a integração dos mercados integrados (MASSEY, 2009). Para a autora inglesa, a globalização é um projeto e, como projeto, o

processo de globalização vem sendo interpretado como a expressão de uma história única. Uma única narrativa possível. O problema de uma história única é que, se considerarmos que tempo e espaço devem ser analisados como um fenômeno único e complexo, ou seja, o espaço, ou melhor, o território não se resume à superfície terrestre, essa história se transforma em uma história do progresso, ou talvez, na história da modernização do território. A globalização narrada dessa maneira, como um único presente global, produz, inevitavelmente, um único fluxo de tempo que enfileira cronologicamente os característicos processos de modernização, por um lado e, por outro, a produção de lugares essencializados. Aqui, e este é o maior problema, o território perde as suas características de ser o resultado complexo das relações entre natureza (as) e cultura (as) e fica restrito a base física, palco de uma história única.

A história do progresso ou das conquistas modernas, à medida em que é uma história de vitoriosos, tem o condão de esconder a multiplicidade e as heterogeneidades contemporâneas dos territórios. É importante levarmos em consideração que o espaço, ou, nesse caso, o território, é composto por uma miríade de trajetórias, por uma infinita multiplicidade de relações de ser e estar no mundo. São essas diferentes maneiras de ser e estar no mundo que estou me referindo quando chamo de espaços de esperança. As distintas histórias produzem distintos territórios.

O patrimônio cultural, mas, sobretudo, o histórico, é, de fato, uma importante alegoria, como diz Françoise Choay, (2006) uma vez que o essencialismo provocado, pela história única, transforma em monumentos tudo aquilo que sobreviveu ao turbilhão do progresso e da modernidade. Não difícil de entender, portanto, porque, a autenticidade e especificidade são, ao fim e ao cabo, o resultado do processo de globalização, uma vez que cada lugar é diferente do outro e não homogêneo como se dizia que seria o resultado da globalização. Conceber outros povos e outros lugares simplesmente como fenômenos sobre a superfície da Terra os coloca como desprovidos de história, no território, ou no lugar, sem as suas próprias trajetórias. A globalização transformou a geografia em história, transformou o espaço em tempo e, criou países em situações distintas de desenvolvimento. A globalização não reconhece a coexistência do outro. A diferença espacial foi traduzida como diferença temporal e os lugares foram vistos como se estivessem em estágios distintos. A geografia do mundo foi transformada em história do mundo, uma vez que foi traduzida por apenas uma história e apenas uma trajetória, quando, em realidade, a espacialidade permite múltiplas narrativas. O

lugar, independente, de latitudes e longitudes, não é o contraponto do global, pois essa ideia de contraponto é, justamente, o resultado de uma visão essencialista do lugar.

O risco de produzir uma história única é que esta, de uma maneira incontornável, vai permitir a construção de inúmeras narrativas de identidades. Todas reféns de uma ideia de autenticidade e especificidades. Todas fechadas em seu mundo de fantasias onipotentes. O território é sempre uma multiplicidade de trajetórias e, uma miríade de formas de ser e estar no mundo. O território, portanto, é sempre um produto de interrelações. Identidades são sempre relacionais. Espaço e território são sempre fruto de processos. A modernidade, portanto, não deveria se resumir a um deslocamento da história europeia para a periferia, nem, tampouco ao apagamento de territórios originais com a escrita de novos territórios pelos colonizadores. Os territórios inscritos pelos processos de modernização tornaram invisíveis os territórios originais. A crítica à história única é um imperativo tanto de historiadores, antropólogos e geógrafos como por todos aqueles que se dedicam ao patrimônio. A crítica de uma narrativa única, que por sua vez é também uma crítica aos processos de modernização, tem o condão de denunciar uma apropriação da narrativa por grupo que enquadram a memória cultural, mas também tem o poder de escutar e, de certa dar visibilidade, aos anseios dos territórios que foram apagados e silenciados pela estratégia de grupos sociais dominantes. Seria, portanto, uma grande contribuição das políticas públicas sobre o patrimônio cultural, reconhecer o território como o resultado de um longo processo de adaptação e ocupação dos diferentes lugares e assim, incorporar o conceito de território ao seu arsenal teórico.

Considerações finais: o território como herança

Elisée Reclus, um geógrafo anarquista francês do início do século XX, não por acaso, excluído da academia, dizia que o homem era a natureza tomando consciência de si e, acrescentava que fazer geografia era interpretar e também escrever a palavra humana na Terra. Existem, no entanto, segundo Philippe Descola tantas formas de ser e existir e tantas naturezas, quanto grupamentos humanos na face da Terra (Descola, 2016). Todos, sem exceção merecem viver e serem protagonistas da sua própria história.

O território, pensado como uma categoria de análise, é muito mais do que um simples receptáculo da História humana. O território é uma construção histórica e cultural e, portanto, pode e

deve ser compreendido como um local privilegiado, o local do encontro entre as diferentes naturezas e a miríade de culturas locais.

O patrimônio, por sua vez, é uma herança construída a partir de usos da memória e transmitida em construções narrativas enquadradas de acordo com os grupos sociais locais e objeto potencial de políticas públicas. A memória cultural, as noções de pertencimento e a necessidade de reconhecimento estão inscritas no território. Para onde converge a discussão sobre natureza e cultura? Para o território.

A despeito da jaula de ferro imposta pela globalização do meio-científico-informacional, existem ainda parcelas significativas do espaço terrestre e mais especificamente do sul global que escapam do controle das normas rígidas do capitalismo tardio. Territórios são construídos através de relações intrínsecas entre cultura e natureza. Qual projeto para o patrimônio cultural poderia ser mais nobre?

Referências

ALONSO, Paulo Henrique. A Construção de um patrimônio cultural: o tombamento federal de Cataguases, Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2010. (Dissertação de Mestrado. Orientador Leonardo Castriota).

BESSE, Jean Marc. **Ver a Terra**. Seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. São Paulo: Perspectiva, 2006.

_____. **O gosto do mundo**: exercícios de paisagem. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

BORTTOLOTO, C. (2011). A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial na implementação da Convenção da Unesco de 2003. **Revista Memória em Rede**, 2 (4), 7-17.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.

CANTERO, Nicolás Ortega e PISON, Eduardo Martinez (editores): **La Recuperación del Paysage**. Madri. Ediciones de la Universidad Autónoma de Madrid, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Tradução Joana Angélica d'Ávila Melo. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/Unesp, 2006.

COSGROVE, D. (1998). A geografia está em toda parte. Cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In R. L. Correa & Z. Rosendahl (Orgs.) (Ed.). **Paisagem, Tempo e Cultura** (pp. 92-123). Rio de Janeiro: EDUERJ.

DESCOLA, Philippe. **Outras naturezas, outras culturas**. Trad. Cecília Ciscato. São Paulo: Editora 34, 2016.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**. Os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996.

GONZÁLEZ-VARAS IBÁÑEZ, IGNACIO. **Las Runas de La Memoria**: ideas y conceptos para uma (im) posible teoria del patrimônio cultural. México: Siglo Veintiuno Editores, 2014.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Nosso amplo presente**: o tempo e a cultura contemporânea; tradução Ana Isabel Soares; São Paulo: Editora Unesp, 2015.

HALBWACHS, Maurice. **Les Cadres Sociaux de la Mémoire**. Paris. Albin Michel, 1994.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola. 2004.

LEVY, Jacques et LUSSAULT, Michel. **Dictionnaire de la Géographie et de L'Espace des Sociétés**. Paris, Belin, 2003.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. Tradução Lúcia Haddad. **Projeto História**. v.17 (1998): Jul/Dez. Trabalhos da memória.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras In: NOVAIS, Fernando/ SEVCENKO, Nicolau. **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARINS, Paulo César Garcez. Novos Patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.29, nº57. pp.9-28, jan-abr 2016.

MARTINS, Walkiria Maria de Freitas. A pena e o compasso: políticas públicas patrimoniais e a produção da paisagem urbana de Viçosa – MG, entre 1980 e 2010. Viçosa (MG), UFV. Dissertação de Mestrado. Orientador: Leonardo Civalle.

MASSEY, Doreen B. **Pelo Espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2009.

NORA, Pierre (dir.). **Les lieux de memoire**. Paris. Gallimard, 1993.

POULOT, Dominique. **Uma História do Patrimônio no Ocidente**: dos séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. Trad. De Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado**. Poder e a produção da História. Tradução Sebastião Nascimento. São Paulo: Editorial Cobogó editora, 2024.

Recebido: fevereiro/2026

Aprovado: maio/2026

Publicado: julho/2026